Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Serviço Social, formação profissional e o estágio na baixada santista

Diego Tabosa da Silva[1]

Maurício de Oliveira Filho[2]

Resumo: O presente trabalho tem como objetiva apresentar algumas reflexões sobre o projeto de formação do Serviço Social brasileiro, dando ênfase ao processo de elaboração dos currículos após a consolidação da perspectiva da intenção de ruptura. Neste sentido, o debate se centra nas diretrizes curriculares de 1996 e na sua articulação com a defesa do projeto crítico profissional, além do estágio no processo de formação em Serviço Social, destacando sua organização em um curso da Baixada Santista. Aponta-se alguns desafios que atravessam a efetivação do estágio, tanto no âmbito estudantil, quanto no que diz às supervisões acadêmica e de campo. Dada sua natureza, destacamos que o estágio é um espaço estratégico para a disputa pela hegemonia da direção crítica no interior da categoria profissional.
Palavras-chave: serviço social; formação; projeto profissional; estágio; baixada santista.

Social Work, professional training and internships in the Baixada Santista

Abstract: This paper aims to present some reflections on the training project of Brazilian Social Work, emphasizing the process of curriculum development after the consolidation of the perspective of intended rupture. In this sense, the debate focuses on the 1996 curricular guidelines and their articulation with the defense of the critical professional project, as well as the internship in the Social Work training process, highlighting its organization in a course in the Baixada Santista region. Several challenges to the implementation of the internship are pointed out, both in the student context and in terms of academic and field supervision. Given its nature, we emphasize that the internship is a strategic space for the struggle for hegemony of critical direction within the professional category.
Keywords: Social Work; Training; Professional Project; Internship; Baixada Santista.

1. Introdução

Iniciamos nossas discussões reforçando alguns pontos fundamentais, os pressupostos que orientam nossa produção, são eles: 1. Compreensão da relação indissociável entre formação e trabalho profissional, tratando-os, portanto, como um par

[1] Assistente Social. Doutor em Serviço Social (UFRJ). Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Editor Adjunto da Revista Serviço Social em Perspectiva (UNIMONTES). Membro da Coordenação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional. E-mail: tabosa.diego@unifesp.br. ORCID: http://orcid.org/0000-0002-9395-6276

[2] Assistente Social. Mestre em Ciências da Religião. Assistente Social do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo. Vice-coordenador da Comissão de Estágio do Curso de Serviço Social da UNIFESP. Autor do livro "Seja homem": pastores, masculinidades e poder, Editora Recriar, 2026. E-mail: mauricio.oliveira@unifesp.br. ORCID: http://orcid.org/0009-0009-7126-6467

dialético; 2. Reconhecimento de que as configurações das políticas sociais, impacta diretamente na formação – e por isso na disputa - do perfil profissional do Serviço Social no país, dado o caráter sincrético da profissão; 3. Considerar que há uma articulação visceral entre o desenvolvimento capitalista e o avanço conservador na sociedade, e que esta articulação incide diretamente no Serviço Social; e 4. O projeto profissional e o projeto de formação que reside em seu interior se apresenta como um importante mecanismo crítica e resistência às exigências de mercado. A cena contemporânea sob a ótica capitalista reclama por profissionais que se adaptem às requisições – muitas vezes indevidas - de modo irrefletido e acrítico, assim, o projeto de formação defendido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), pode ser uma estratégia de resistência à formação de um exército de assistentes sociais que naturalizam e fortalecem este perfil.

A proposta para a formação elaborada coletivamente pela categoria profissional e consolidada no texto das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, propõe um perfil profissional crítico, comprometido com a classe da qual faz parte – a classe trabalhadora – e que deve levar em consideração a busca incansável por uma densidade teórica que subsidie suas ações, ou seja, tenha como princípio um "rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social" (ABEPSS, 2021, p. 23). Enfim, as Diretrizes nos apresentam um perfil profissional necessário aos tempos atuais e extremamente vinculado à direção social que a categoria profissional amadureceu – inclusive em termos jurídicos e normativos - ao longo dos últimos sessenta anos. Ou seja, são as diretrizes, importante instrumentos na consolidação do projeto profissional crítico.

Nesse processo é necessário considerar a importância do estágio e da supervisão no fortalecimento do projeto crítico de formação profissional, que faça frente às metamorfoses do capitalismo, suas armadilhas e sua estrutura fundamentalmente excludente, violenta e exploradora.

2. Desenvolvimento

Projeto profissional e formação em Serviço Social

A formação profissional em Serviço Social a partir dos anos de 1960 vivencia alguns ensaios de ruptura com o conservadorismo, se instaura no interior da profissão no Brasil pós-64, um cenário de disputa, entra em curso um período importante de renovação. Um processo que, segundo Netto (2015) vai se dar em três direções, que vivenciam momentos de maior ou menor prestígio. Nesse período encontramos uma efetiva disputa pela hegemonia profissional, que sofre impacto direto do contexto sociopolítico no qual se desenvolve.

O pluralismo e disputa de hegemonia no interior da categoria de assistentes sociais pode ser observado no III Congresso Brasileiro de Assistentes Socia (CBAS), já que o congresso fora organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS (entidades representativas da categoria, que ainda guardavam um certo alinhamento com os interesses do estado autocrático burguês e mantinham um perfil conservador) e sob forte influência da direção que apontava para uma perspectiva modernizadora.

Enquanto isso a formulação reatualizadora toma como referencial o pensamento fenomenológico, – assim refuta tanto o pensamento positivista, fundamento teórico da perspectiva da reatualização do conservadorismo, quanto as "incidências da tradição marxista no campo profissional" (Netto, 2015) – defende valores cristãos e tinha como objetivo a transformação social por meio do indivíduo (personalismo católico) em detrimento das práticas ajustadoras.

A história, cheia de teias e contradições, ao mesmo tempo que indica uma forte adesão profissional ao conservadorismo, aponta para uma ebulição da (re)organização sindical de assistentes sociais por todo país, mexidos pela conjuntura de lutas que, já em meados de 1970, emergia no país através de "um sindicalismo combativo contra a ditadura, o imperialismo, o capitalismo na perspectiva do socialismo, que se expressou na Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (Anampos) em 1973" (Abramides, 2017, p. 183).

> Na dialética entre continuidade e ruptura com o passado profissional, percebeu-se, nessa perspectiva, que apesar de apresentar elementos renovadores, ainda ponderava a herança profissional de cunho religioso e conservador do lastro do Serviço Social europeu. E isso num momento em que posturas conservadoras encontravam grandes dificuldades de cristalização na (auto)representação profissional, em face de dois importantes elementos que rechaçavam qualquer tentativa de resgate do tradicionalismo: a laicização profissional e a crescente ponderação de tendências católicas de cunho anticapitalista. (Aquino, 2019, p. 573)

Esse cenário revela que o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 se deu, com disputas de todas as ordens, tendo um grupo instigando o deslocamento do Serviço Social para um campo crítico, em confronto direto com frações tradicionais e conservadoras da profissão que detinham amparo institucional e político de um regime militar enfraquecido, mas ainda em vigência.

Sabemos que o "Congresso da Virada", apesar de buscar a realização de um grande giro na direção contrária ao conservadorismo e tradicionalismo profissionais, não é capaz, sozinho, de produzir todo o rearranjo e reordenamento profissional necessário, entretanto, é importante demarcá-lo como o acontecimento que "inaugurou publicamente a direção social da profissão, no projeto de intenção de ruptura que ao longo desses 40 anos vem se consolidando em um processo de ruptura com o conservadorismo" (Abramides e Cabral, 2019, 44).

Essa "tomada da direção intelectual e política" com vistas à essa ruptura, vai conduzir os debates do Serviço Social Brasileiro dos primeiros anos da década 1980, expressão disto, por exemplo, é a preocupação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social[3] (ABESS) em organizar "um processo de revisão curricular amplo, profundo e articulador das diferentes escolas de Serviço Social, que durou anos e culminou em um novo currículo mínimo em 1982" (Cardoso, 2016, p. 445). A proposta curricular do início dos anos 1980 tinha como objetivo forjar profissionais para responder às requisições imediatas do mercado de trabalho.

Dada a conjuntura nacional e mais especificamente a situação no interior da profissão o currículo mínimo de 1982, como nos diz Teixeira (2019), "já nasceu 'na corda bamba de sombrinha'", afinal tentava se equilibrar "entre o caldo cultural, teórico e político da renovação, com seus acertos e erros, e das forças conservadoras, ainda

[3] De acordo com Bravo, *et al* (2019, p. 57), a associação criada em 1946, "em 1973, passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social"

fortemente presentes na formação e no trabalho profissional do Serviço Social" (p. 149). A formação profissional é sustentada no tripé das disciplinas "teoria, história e método" – que supera "caso, grupo e comunidade" – e será esse um dos pontos centrais no seu processo de revisão, haja vista que tomada desta forma, tripartite, as disciplinas acabam por fragmentar o debate no interior da formação. O que se busca, portanto, é a construção de uma lógica curricular, que possa superar "a falta de uma coerência interna entre conteúdos, matérias e disciplinas" (Teixeira, 2019, p. 154).

Pensando os avanços dados pela categoria profissional nos anos 1990, as análises acerca do projeto de formação profissional em curso no Serviço Social nos remetem ao processo histórico de formulação das Diretrizes Curriculares, um processo amplo de discussões que envolveu as diferentes entidades da categoria e os profissionais em nível nacional, estas Diretrizes "são fruto de amplo e diversificado debate acadêmico em oficinas locais, regionais e nacionais" (Iamamoto, 2014, p. 615).

Trata-se, pois, de um amplo e denso processo de discussão, ao longo de dois anos as Unidades de Formação Acadêmicas, sob orientação e coordenação da ABESS, puderam sistematizar experiências vivenciadas nas diferentes regiões do país. Diretrizes que preveem a organização do currículo sob a ótica de núcleos de fundamentação, que expressam um conjunto de conhecimentos indissociáveis, ao mesmo tempo que são os eixos articuladores da formação profissional que se pretende.

Fica evidente na análise do desenvolvimento da ABESS pós "congresso da virada" que a entidade faz parte das mudanças necessárias à profissão, nesta articulação trabalho e formação a entidade incorpora e adensa, os temas centrais e relevantes para a profissão e para a sociedade Brasileira. Esse amadurecimento teórico-metodológico da profissão é avolumado e fermentado pela preocupação com a pesquisa e produção do conhecimento – não apenas, mas principalmente no âmbito da pós-graduação - na área do Serviço Social, entendida como uma importante forma de legitimação e conquista da hegemonia profissional pelo grupo renovador crítico. No campo do adensamento teórico perseguido durante a formulação do novo currículo profissional, as diretrizes curriculares apontam para a compreensão de que a profissão de Serviço Social tem na "questão social" sua base de fundação sócio-histórica como especialização do trabalho, além disso, ainda sob esse campo, Iamamoto (2014) destaca a inovação no que diz respeito à centralidade atribuída para a prática profissional – sob uma leitura teórica do trabalho –

durante o processo de formação acadêmica.

A nova lógica curricular vigente desde o final dos anos 1990 apresenta com nitidez o perfil profissional que a formação deve forjar. Uma formação que deve ser atravessada transversalmente pela ética, "questão social" e pesquisa, estes componentes não são encapsulados em disciplinas ou momentos específicos, ao contrário são elementos que devem perpassar toda o processo formativo. A para isso seus princípios, diretrizes e pressupostos, orientam a articulação dos componentes curriculares, e aqui destacamos o estágio, através dos núcleos de fundamentação propostos. O estágio tem papel fundamental no processo de formação, e assim, na defesa do projeto profissional, pois como aponta Caputi (2021, p. 189) "o estágio e, com ele, a supervisão, como síntese de múltiplas determinações da formação e do trabalho profissional, denotam os desafios estruturais da educação e das transformações do mundo do trabalho", assim, nos apresenta os desafios enfrentados, as estratégias criadas e as particularidades de profissionais e população no enfrentamento diário das expressões da questão social.

3. O Estágio em Serviço Social e sua realização em uma Universidade de Santos

O estágio, como dissemos acima, é um elemento fundamental para o processo de formação de Assistente Social, esta atividade integradora se particulariza pois é produto da necessária relação entre a formação e o trabalho profissional em Serviço Social, afinal pressupõe as supervisões acadêmica e de campo. Para sua organização e condução, mobiliza um conjunto de normativas e dispositivos legais elaborado, entre outras coisas, para orientar as atividades desenvolvidas por supervisoras/es, discentes e instituições (de ensino e empregadoras). Este aparato jurídico-normativo, busca promover a inserção estudantil nos campos sócio-ocupacionais em conformidade com a lei e no que diz respeito ao caso particular do Serviço Social, com as pautas assumidas pela profissão no que tange à defesa do ensino gratuito, crítico, de qualidade e laico.

Em âmbito nacional, a Lei nº 11.788, dispõe sobre o estágio de estudantes no território brasileiro, e traz a concepção de que o estágio é o "ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior" (BRASIL, 2008, p. 1).

Como indica Lewgoy (2016) devemos garantir que a supervisão de estágio no Serviço Social – atribuição privativa de assistentes sociais[4] - seja orientada pelo Código de Ética da/o Assistente social de 1993, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, as Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei Federal n° 8.662 de 1993), na Resolução n° 533 de 2008 e na Política Nacional de Estágio (PNE) desse modo;

> O aparato jurídico-político-organizativo apresentado expressa princípios norteadores de uma proposta pedagógica que sobrepuja a fragmentação do processo ensino-aprendizagem, permitindo intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. É, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções. (LEWGOY, 2016, p. 147).

Nas já mencionadas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) encontramos o estágio como um dos onze princípios que fundamentam a formação, colocando como imperativo à realização do estágio, a supervisão direta, tanto de âmbito do campo de estágio, quanto no âmbito da unidade de formação acadêmica. Ainda no campo das documentações importantes para uma melhor compreensão do estágio em Serviço Social temos a Resolução CFESS n° 533 de 2008. Esse documento descreve as competências e procedimentos que devem ser realizados quanto a abertura de vagas e as condições adequadas para serem realizadas o estágio, a resolução prevê que a supervisão de campo se limite a uma/um estagiária/o para cada dez horas trabalhadas semanalmente, e, discorre ainda, sobre a concomitância e indissociabilidade entre as supervisões de campo e acadêmica, além de atribuir um caráter ético e técnico às referidas supervisões

Lewgoy (2016) aponta que um dos desafios para a Política Nacional de Estágio é a sua posição contrária aos desmontes do Estado neoliberal, que frequentemente precariza o ensino público e as condições de trabalho, impactando a formação/estágio e o exercício profissional de assistente sociais, no entanto, a autora compreende que esse empecilho se converte em uma potência, pois indica que

> a Política de Estágio, vinculada ao projeto político profissional e aos projetos pedagógicos dos cursos, possa criar um canal de comunicação entre os sujeitos envolvidos nesse processo (docentes, supervisores acadêmicos e de campo, estagiários e coordenadores de departamentos ou comissões de estágios), a fim de favorecer a identificação dessas contradições (LEWGOY, 2016, p. 143).

[4] Conforme inciso VI do artigo 5º da Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

Para a PNE, a supervisão acadêmica deve estar intrinsecamente vinculada à supervisão de campo, as/os profissionais precisam estar articulados para realização do estágio, com o rigor ético-político e teórico-metodológico necessários. De acordo com Mesquita (2019, p. 180), na docência, é direcionado o papel de orientar "assumindo a particularidade de direcionar, organizar e materializar o projeto de formação profissional hegemônico", além disso, cabe à supervisão acadêmica relacionar os fundamentos da profissão, através das disciplinas e atividades desenvolvidas na graduação, com o exercício profissional que discentes retratam na supervisão, de modo que consiga compreender; "teoricamente os processos sociais e a dinâmica institucional, acompanhar o processo do estagiário e o desenvolvimento de atitudes e posturas técnicas e éticas, viabilizando a síntese entre os conhecimentos e saberes (teóricos, técnico-operativo e instrumentais)" (Guerra, 2016, p. 120). Já para a supervisão de campo, supervisores/as de campo, para superar a aparência e aproximar-se da essência, a partir da suspensão do cotidiano, devem, possuir "[..] perfil profissional crítico, propositivo, dinâmico, atualizado com os aportes teóricos e legais que fundamentam o trabalho profissional" (Caputi, 2021), para tanto, é necessário a formação continuada, princípio previsto no Código de Ética do Serviço Social de 1993, processo que qualifica tanto a formação profissional da/o estagiária/o, como também a atuação profissional, recaindo em outro princípio ético que é a qualidade do serviço prestado.

O estágio é um componente de extrema importância para a formação de Assistentes Sociais, e sua realização se dá por meio da inserção de estudantes, sob supervisão, nos mais variados espaços de atuação profissional, e com isso, este componente curricular é atravessado também por uma série de desafios.

Apresentamos a seguir alguns apontamentos e reflexões a partir de experiências da Supervisão Acadêmica e Comissão de Estágio, a partir da realidade de um curso de Serviço Social da Baixada Santista.

O Curso de Graduação nesta Universidade é ofertado nos turnos vespertino e noturno, com entrada anual, sempre no primeiro semestre letivo. Para cada um dos turnos são ofertadas 50 vagas, com ingresso através do Sistema de Seleção Unificado, o SISU. O curso é ofertado em 9 (nove) semestre, e para realizar o estágio em Serviço Social, é necessário o cumprimento (pré-requisitos) das Unidades Curriculares "Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I" e "Ética Profissional",

alocadas no 4º e 5º termo (período).

Assim, cumpridos os requisitos exigidos, a partir do 6º termo, discentes poderão ser encaminhadas para a realização do primeiro estágio. Na unidade de formação acadêmica em questão, são propostos três semestres letivos de Supervisão de Estágio Acadêmico (SAE I no 6º termo, SAE II no 7º e SAE III no 8º), cada um com carga horária de 60 horas semestrais, acompanhadas da realização de Estágio Supervisionado (I, II e III) que requer a carga horário de 140 horas de campo de estágio.

Esta é a síntese do cenário de organização do estágio no currículo da universidade, que apesar de pontual já indica alguns importantes desafios. i. oferta e demanda de vagas de estágio; ii. O amplo território da Baixada Santista; iii. Permanência estudantil e trabalho; iv. quantidade de vagas remuneradas; v. condições de trabalho de assistente sociais. Sabemos que os aspectos apresentados não são um "privilégio" de nosso espaço de atuação, e que nos espaços de discussão da categoria profissional em todo o país, eles se repetem, entretanto, devemos considerar que estes desafios se expressam com particularidades em cada região.

Estes desafios estão imbricados, e representam, de modo geral às condições objetivas enfrentadas pela classe trabalhadora para a sua reprodução. Condições afetam subjetivamente esta classe, especialmente a parcela que, consciente de sua condição desvela e se contrapõe às relações de exploração e opressão impostas pelo modo de produção capitalista. Ainda assim, tentaremos apresentar alguns aspectos centrais de cada um destes desafios.

Um dos desafios postos à Comissão de Estágio deste curso é a inserção de estudantes em campos de estágio, especialmente quando se trata do "Estágio I", pois tem-se um quantitativo grande de novas vagas, mesmo contando com as taxas de retenção e evasão ao longo do curso. São necessárias aproximadamente a abertura/manutenção de 120 vagas de estágio por ano, o que requer um diálogo constante com profissionais (para articulação e mobilização), especialmente em contexto de intensa precarização do trabalho.

Outro elemento que exige atenção no que diz respeito ao estágio em Serviço Social relaciona-se com o território da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Constituída pelos munícipios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente, a RMBS se estende por uma

área de 2373 m² e tem uma população de aproximadamente um milhão e setecentos mil habitantes. O curso de Serviço Social é ofertado em Santos, e muitas estudantes são residentes da cidade, mas encontramos estagiárias/os que moram ou exercem atividades remuneradas em todos os munícipios da Baixada Santista. Além disso não é incomum a necessidade de oferta de campos de estágio na cidade de São Paulo e outros municípios da Região Metropolitana.

Assim, não obstante os desafios de deslocamentos para estudantes realizar o estágio e supervisoras conduzirem visitas e atividades conjuntas, a abertura de campos de estágio, e as exigências de documentos (convênios, cadastros, termos, planos de atividades) para cada um dos munícipios traz às Comissões de Estágio de Curso e de Campus, cuidado e atenção, com os prazos e fluxos, evitando a interrupção do estágio pelo não atendimento das exigências documentais.

As exigências econômicas para a conclusão de um curso superior, mesmo em instituições públicas, associada às políticas de assistência estudantil cada vez mais limitadas pelo contexto de amplo desfinanciamento da Educação Superior no Brasil, acaba impondo às estudantes, classe trabalhadora, a exigência de inserção em campos de trabalho, muitos deles precários, com baixa remuneração, altas jornadas e distantes da universidade. Essa condição de trabalhadora/trabalhador que estuda ao se confrontar com a exigência da realização do estágio, é sem dúvida um dos maiores desafios do processo de formação. Nesse processo, por um lado há uma tendência à redução das exigências do estágio e uma flexibilização e desvalorização deste componente, por outro, uma negação das condições objetivas das/dos estudantes levando à trancamentos e até mesmo cancelamento de matrículas. Em um território onde as distâncias e postos de trabalho (que se envolvem muitas vezes às atividades do Porto de Santos), esse desafio ganha contornos bastante importante

Associada ao desafio anterior, temos a quase inexistente oferta de vagas remuneradas para o Curso de Serviço Social. No primeiro semestre de 2026, de 78 vagas de estágio ofertadas, àquelas que ofereciam bolsa não chegava a 15, ou sejam aproximadamente de 20%. Ainda assim, algumas bolsas ofertadas, tem valores de 600 a 1000 reais, o que não é suficiente para estudantes de outros municípios conseguirem garantir sua permanência no curso de graduação. Também no primeiro semestre de 2026, as vagas de estágio concentravam entre serviços e equipamentos das políticas de Saúde

(24), Assistência Social (23) e Educação (15). No que diz respeito às vagas de estágio remunerado, estas concentram-se ao campo sociojurídico, onde, todas as 6 vagas ofertadas são deste tipo.

Para concluir, temos como um dos grandes desafios para a supervisão de estágio são as condições de trabalho de assistente sociais. Os constantes ataques às políticas sociais e as crises do capital, que agudizam as expressões da questão social, tem trazido grandes desafios à atuação profissional nos mais diversos espaços (sejam políticas sociais públicas, sejam instituições filantrópicas, sindicatos ou empresas), afinal, tem-se um aumento das demandas sociais e uma redução dos recursos para atender a estas demandas. Com isso, muitas profissionais, sobrecarregas nas demandas cotidianas e em espaços sociocupacionais com condições étnicas e técnicas que merecem atenção, acabam por refletir sobre a oferta de vagas de estágio, o que tem acaba gerando um déficit entre a demanda e a oferta de vagas. Em alguns casos a própria supervisão se apresenta com um instrumento de negociação e reconhecimento/fortalecimento do trabalho profissional nos serviços e instituições.

Mesmo diante destes desafios, o estágio tem sido realizado, levando em consideração as legislações e normativas da categoria profissional, as necessidades de vagas têm sido atendidas e as ações coletivas entre os sujeitos envolvidos no processo de supervisão tem sido desenvolvida, entre elas as reuniões do Fórum de Supervisão.

4. Considerações finais

A nova lógica curricular inaugurada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, vai se confrontar com as profundas transformações pelas quais passa a sociedade brasileira, em especial no âmbito das Universidades, afinal, a direção social da profissão, que tenta se consolidar hegemonicamente no projeto de formação profissional e no meio intelectual do Serviço Social, tem encontrado no âmbito universitário contemporâneo um ambiente extremamente desafiador e desfavorável.

Ao nos debruçarmos sobre os documentos que remetem ao estágio pode nos levar ao fortalecimento do processo de supervisão, levando ao movimento de fortalecimento da interação dos sujeitos envolvidos no estágio, ao posicionamento contrário à tomada do estágio como uma mera ação burocrática, rotineira e essencialmente técnica, à construção/defesa/fortalecimento de um perfil profissional crítico, criativo, propositivo,

investigativo e comprometido com o projeto ético político profissional, e, a efetivação de uma processo coletivo de ensino aprendizagem, onde há observação, registro, análise e avaliação do processo de aprendizagem discente no campo de estágio.

Este movimento, tem sido uma busca constante da Comissão de Estágio deste curso de Serviço Social, que nas particularidades da Baixada Santista, encontra não apenas desafios, mas também a possibilidade de respostas coletivas, articulações profissionais intersetoriais e intermunicipais, e ainda a construção de um fórum de supervisão potente, uma vez que soma diferentes realidades, demandas e experiências profissionais.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil**: o III CBAS "O Congresso da Virada" 1979. Revista Serviço Social& Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan/abr. 2017.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 anos do **"Congresso da Virada".** In Silva, Maria Liduína de Oliveira (Org.) Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

AQUINO, Isaura G. C. **A participação do CBCISS no Movimento de Reconceituação e o Congresso da Virada**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 136, p. 559-577, set/dez. 2019.

CAPUTI, Lesliane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2021.

CARDOSO, Franci Gomes. **O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo**. In Silva, Maria Liduína de Oliveira (Org.) Serviço Social no Brasil: história de resistências e rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

GUERRA, Yolanda. **O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio. A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação adadêmico-profissional no Serviço Social Brasileiro**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out/dez. 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio. A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MESQUITA, Andréa Pacheco de; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes (Orgs.). **Dicionário Crítico**: Estágio Supervisionado em Serviço Social. Fortaleza: Socialis, 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes** Curriculares da ABEPSS. 2019. 325 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.